


Clamor Social e Ciclos de Protestos no Brasil em 2013:
*aproximações conceituais à luz das teorias dos
movimentos sociais*




Social Outcry and Brazil's 2013 Protest Cycles: *conceptual
approaches in the light of social movement theories*

LOPES, Anne Caroline Nava *

 <https://orcid.org/0000-0003-0157-0040>

LOPES, Silvia Cristianne Nava **

 <https://orcid.org/0000-0002-1879-6241>

RESUMO: O presente texto visa problematizar alguns aspectos do conceito de *ciclo de protestos*, relacionados à teoria clássica dos movimentos sociais e, para tanto, utilizará, como campo analítico, os ciclos de protestos ocorridos no Brasil em junho de 2013 que acabaram de completar dez anos. Assim, nos propomos a suscitar reflexões teóricas ligadas aos aspectos mais gerais daqueles acontecimentos marcadamente de clamor social, sobretudo no que respeito ao processo de formação dos ciclos de protestos. Para tanto, nos valem, num primeiro momento, de uma discussão indispensável sobre as teorias dos movimentos sociais e, em seguida, abordamos as categorias de análise de estruturas de oportunidades políticas e repertório para realizarmos, por fim, algumas pontuais reflexões sobre o assunto, principalmente em razão de termos o marco histórico da década deste acontecimento.

ABSTRACT: This text aims to problematize some aspects of the concept of *protest cycle* related to the classical theory of social movements and, to this end, will use as an analytical field the Brazil's 2013 protest cycles, which has just completed ten years. Thus, we propose to raise theoretical reflections linked to the more general aspects of those events marked by social outcry, especially regarding the process of formation of protest cycles. In conclusion, we'll use an indispensable discussion on the theories of social movements at first, and, then, we address the categories of analysis of structures of political opportunities and repertoire to carry out, some specific, mainly due to the historical landmark of the decade of this event.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos sociais; Participação do cidadão; Protestos e Governo.

KEYWORDS: Social movements; Citizen Participation; Protest and Government.

*Recebido em: 18/07/2023
Aprovado em: 20/11/2023*

* Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís - MA. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão. Graduada (Bacharelado e Licenciatura) em Ciências Sociais (UFMA). Graduada em História (Licenciatura) pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Graduada em Direito (Bacharelado) pela Universidade Ceuma. Professora Adjunto III da Universidade Federal do Maranhão, Campus Pinheiro. E-mail: anne.nava@ufma.br

** Doutora em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís - MA. Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Maranhão. Graduada em Enfermagem (UFMA). Professora Adjunto III da Universidade Federal do Maranhão, Campus Bacanga. E-mail: silvia.nava@ufma.br



Introdução

Uma onda de clamor social ganhou as ruas do Brasil em meados de junho de 2013, fato que acabou fomentando debates e reflexões em todo país. As imagens dos protestos no Brasil, veiculadas pela mídia, também repercutiram a necessidade de se compreender mais claramente qual a natureza deste fenômeno social que se propagou por inúmeras capitais brasileiras, com *slogans* de protesto, vandalismo, mobilizações, dentre outros.

Com efeito, é indispensável frisar que as lutas sociais que levaram milhões de cidadãos às ruas do país em junho de 2013 marcaram o início de uma década turbulenta e de uma onda expressiva de insatisfações sociais de todas as vertentes políticas imagináveis, o que instiga reflexões contínuas a respeito das dimensões alcançadas, bem como sobre a compreensão dos efeitos práticos perceptíveis dez anos depois.

Oportuno mencionar que, nos últimos dez anos, instaurou-se, em múltiplos aspectos, um quadro de inquietações sociais, sendo que os acontecimentos de 2013 podem ser considerados marcos iniciais de um processo de turbulência que remodelou a experiência de se manifestar e ocupar as ruas no Brasil, inclusive a partir de uma série de outros capítulos com contextualizações muito *sui generis*, a exemplo do 8 de janeiro de 2023.

Desde então, a lista do que entendemos, genericamente, por protestos no Brasil marcou temporadas agitadas nas ruas, como por exemplo, ainda em 2013 e no ano seguinte, com o movimento “Não Vai Ter Copa” e em 2015 e 2016 com as manifestações sobre a legitimidade do impeachment de Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT). Vale a pena mencionar, também, as mobilizações contra a PEC do Teto de Gastos e, além disso, as manifestações relacionadas às mudanças no currículo do Ensino Médio, inclusive com ocupações de escolas. Assim, para pensar a história recente do país, ainda envolta no clima de instabilidades e hostilidades, integra a lista os acontecimentos do ano de 2018 os atos a favor do então candidato Jair Bolsonaro e seus desdobramentos, com o ponto de chegada justamente nos acampamentos que pediam golpe de Estado nas portas dos quartéis e a tentativa de atentado em Brasília, em 8 de janeiro deste ano.

Toda essa cronologia remonta a reflexão sobre a importância dos acontecimentos de 2013, que marcaram a mudança de rota dos protestos no Brasil, objeto de análise do presente texto que visa, à luz dos conceitos clássicos das teorias dos movimentos sociais, analisar características dessas ações coletivas. Assim, voltando nossa atenção para os últimos dez anos, percebe-se que em junho de 2013 as insatisfações sociais em praça pública, as passeatas e a difusão de mensagens via redes sociais, marchas, ocupações de prédios públicos entre outros, são características da

ação do que se entende teoricamente como *ciclo de protestos*. Essas formas de atuação em ruas e praças públicas é o que dá visibilidade ao movimento social, principalmente quando este é focado pela mídia. Os ciclos de protestos são, pelo menos, sinais de descontentamento social que podem provocar impactos conjunturais e estruturais, em maior ou menor grau, dependendo de sua organização e das relações de forças estabelecidas.

Estudos que trazem à tona a discussão sobre movimentos sociais e os reflexos na sociedade fazem parte das reflexões sociológicas desde suas correntes teóricas mais clássicas¹ até as abordagens mais culturais² e é na perspectiva de construção de uma análise acerca desse período de contestação social crescente no Brasil e comum na América Latina, que esse artigo se projeta, fazendo uso teórico das abordagens contemporâneas sobre ação coletiva.

Note-se que as próprias teorias dos movimentos sociais se construíram diante de um quadro muito complexo, como plataforma de observação dos clamores sociais espalhados no Ocidente a partir dos anos 1960. Esse cenário ensejou a constituição das primeiras definições e conceitos sobre os movimentos sociais, como sabemos, correspondendo às abordagens clássicas enquanto designações de multidões em busca de mudanças sociais. Todavia, é mister que se aponte que as cenas de conflitos e tensões das multidões igualmente se complexificaram na contemporaneidade e, levando isso em consideração, o que se propõe nessa reflexão é o necessário esforço de aproximações teóricas para ensejar interpretações indispensáveis em face à cena contemporânea singular.

Nesse sentido, a dimensão metodológica deste trabalho compreende o desenvolvimento da pesquisa numa perspectiva exploratória, sendo em parte teórica (por meio de pesquisa bibliográfica), e parte empírica (pesquisa de campo na cidade do Rio de Janeiro à tempo dos acontecimentos de junho de 2013 com foco nos registros de imagens urbanas, bem como estudo das *fanpages* dos respectivos movimentos sociais em caráter netnográfico).

No campo sociológico, os movimentos sociais são questões recorrentes e representam um tema exaustivamente debatido pelas ciências sociais. Nesse sentido, preleciona Tarrow (2009, p. 21) que “os movimentos sociais são compreendidos como

¹ Consideram-se cinco grandes linhas com algumas características comuns: o foco de análise é a teoria da ação social e a meta principal das correntes teóricas clássicas é buscar compreender os comportamentos coletivos. Estes, por sua vez, eram analisados segundo um enfoque sociopsicológico.

² Os principais teóricos dos Novos Movimentos Sociais: Alain Touraine, Jürgen Habermans, Alberto Melucci são críticos da ortodoxia marxista, mas mantêm o enquadramento macro-histórico e a associação entre mudança social e as formas de conflitos. A especificidade está na interpretação cultural.

desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social, numa interação sustentada pelas elites, opositores e autoridades [...]”.

Para muitas pessoas não é tão fácil entender os ciclos de protestos em nome de causas e direitos sociais que vêm historicamente acontecendo em âmbito global e que, na última década, eclodiram também no Brasil, com expressividade em muitas de suas capitais. O desconhecimento a respeito da história social e política, bem como sobre o significado profundo das lutas nas ruas, protestos e mobilizações contribui para a perplexidade quanto à situação presente, na qual se projetou no país, em janeiro de 2023, uma tentativa de golpe e atos antidemocráticos que jamais podem se confundir com os acontecimentos de 2013.

Neste contexto, o presente artigo visa, de forma breve, sem a intenção de esgotar o tema, realizar uma reflexão a respeito da contextualização das teorias da ação coletiva e analisar alguns aspectos referentes ao processo de formação do que passamos a considerar, a partir desse momento, como ciclo de protestos, especificamente, os fatos ocorridos no junho de 2013, a fim de problematizar algumas questões como: o caráter de reivindicação e luta; a prática e a expansão dos ciclos de protestos e a vinculação destes com as redes sociais. Para tanto, fazemos uso de um arcabouço teórico sobre pensamento social e movimentos sociais.

Reitera-se, como anteriormente mencionado, que o sentido proposto é o de realizar aproximações teóricas porque entendemos que os protestos de 2013, foco principal da discussão, não se enquadram perfeitamente na definição tradicional dos movimentos sociais. Todavia, diálogos e pontes podem e devem ser abertos, não inviabilizando e nem comprometendo a reflexão quando se deixa claro quais são as pretensões e alcances do trabalho e quando se destacam as complexidades dos clamores sociais na contemporaneidade, fazendo um esforço de compreendê-los num quadro tão recente da história do país em que eles ainda estão em efervescência e metamorfoses. Em outras palavras, é preciso partir da compreensão da mudança de perspectiva teórica do conceito monossêmico para a polissemia de significados e interpretações, contexto já sinalizado por Alberto Melucci³ no campo teórico.

Breve Contextualização das Teorias dos Movimentos Sociais

É importante considerar que, a partir dos anos de 1960, em várias regiões acadêmicas do mundo ocidental, os estudos sobre a questão dos movimentos sociais ganharam espaço, densidade e status de análise científica. Isso ocorreu porque, em certo

³ Melucci A. *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. México: El Colegio de México; Centro de Estudios Sociológicos; 1999.

sentido, os movimentos sociais obtiveram visibilidade na própria sociedade, enquanto fenômenos históricos concretos. Num outro aspecto, é possível afirmar que houve o desenvolvimento de um arcabouço teórico sobre os movimentos sociais e sobre as ações coletivas, que ganharam novos patamares, em universos mais amplos, construindo novas teorias que relacionavam o tema à sociedade, às relações de confronto, às instituições políticas etc.

De acordo com Gohn (2010), a abordagem clássica sobre os movimentos sociais nas ciências sociais norte-americanas está associada ao próprio desenvolvimento inicial da sociologia naquele país. Embora ela tenha ultrapassado suas fronteiras e seus autores não sejam de nacionalidade exclusivamente americana, foi nos Estados Unidos que ela mais se desenvolveu, tendo hegemonia neste país por várias décadas e de lá se espalhando para outros países. Nesse sentido:

Os autores clássicos analisavam os movimentos em termos de ciclos evolutivos, em que seu surgimento, crescimento e propagação ocorriam por intermédio de um processo de comunicação que abrangia contatos, rumores, reações circulares, difusão das ideias, etc. As insatisfações que geravam as reivindicações eram vistas como respostas às rápidas mudanças sociais e à desorganização social subsequente. A adesão aos movimentos seriam respostas cegas e irracionais de indivíduos desorientados pelo processo de mudança que a sociedade industrial gerava. Nessas abordagens, dava-se, portanto, grande importância à reação psicológica dos indivíduos diante das mudanças, reação considerada como comportamento não-racional ou irracional (Gohn, 2010, p. 24).

Nesse aspecto, infere Angela Alonso (2009) que, dado o caráter cômodo da dominação no capitalismo tardio ou na sociedade de massa, operada via consumo e afinada com o padrão dominante de individualização, a mobilização coletiva eclodiria apenas como irracionalidade, como explosão reativa de frustrações individuais. De uma maneira ou de outra, a explicação tinha pilares psicossociais, amparando-se em emoções coletivas.

É importante destacar que, quando tratamos do enfoque teórico sobre os movimentos sociais, desde logo é imprescindível registrar que não há só um ou outro eixo teórico e sim, muitas vezes, vários em um mesmo conjunto, conforme o paradigma utilizado. Desse modo, apontam-se cinco grandes correntes teóricas da abordagem clássica sobre ação coletiva.

Assim, de acordo com Gohn⁴ (1997), a primeira é representada pela Escola de Chicago e alguns interacionistas simbólicos. Como um dos produtos desta corrente tem-

⁴ Síntese teórica abordada por Maria da Glória Gohn em sua obra intitulada *Teoria dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos Contemporâneos*.

se as contribuições de Herbert Blumer (1949). A segunda corrente desenvolveu-se ao longo dos anos 40 e 50, com as teorias sobre a sociedade de massas de Eric Fromm (1941), Hoffer (1951) e Kornhauser (1959). A terceira corrente predominou nos anos 50, com um forte acento em variáveis políticas e está presente nos trabalhos de Lipset (1950) e Heberle (1951). A quarta corrente foi uma combinação das teorias da Escola de Chicago com a teoria da ação social de Parsons e se fez presente nos trabalhos de Goffman (1959), Turner e Killian (1957), Smelser (1962) e David Aberle (1966). A quinta e última corrente da abordagem clássica está representada pelos trabalhos de Gusfield (1955) e Selznick (1952) e teve grande influência nas teorias que substituíram o paradigma clássico, mas não gerou, em sua época, nenhuma teoria específica sobre os movimentos sociais.

A produção teórica na Sociologia a partir dos anos 1970 nos revela novos olhares sobre as ações coletivas. Nesse contexto, são reconhecidas as contribuições de McCarthy e Zald (1977) e Jenkins (1983), com o desenvolvimento da Teoria da Mobilização de Recursos (TMR). Assim, na visão de Alberto Melucci:

Os autores das *resource mobilization theory* têm colocado em evidência que o nível de descontentamento sempre presente em um sistema não basta para justificar os processos de mobilização e têm sublinhado a importância dos “recursos discricionais” disponíveis e da “estrutura de oportunidades” que tornam possível a ação (Melucci, 2001, p. 67).

A TMR, em linhas gerais, enfatizou o significado das bases organizacionais, da acumulação de recursos e a coordenação coletiva de atores políticos populares, defendendo as similaridades e convergências entre movimentos sociais e grupos de interesse. Os modelos iniciais exageraram na centralidade das decisões estratégicas deliberadas para os movimentos sociais e praticamente não consideraram as eventualidades, a emotividade, a plasticidade e as características interativas das políticas dos movimentos. Assim:

A TMR, portanto, avalia os movimentos sociais igualando-os a um fenômeno social como outro qualquer, dotado das mesmas características que os partidos políticos, por exemplo. A explicação privilegia a racionalidade e a organização e nega relevo a ideologias e valores na conformação das mobilizações coletivas [...]. As críticas recebidas também foram volumosas. Insurgindo-se contra teorias excessivamente culturalistas, a TMR foi parar no extremo oposto: inflou a faceta racional e estratégica da ação coletiva. À cultura restou um lugar residual (Alonso, 2009, p. 53).

Nesse sentido, a Teoria da Mobilização de Recursos parece transitar em espaços teóricos limitados aos fundamentos baseados unicamente no cálculo. Assim, assevera Melucci:

A crítica avançada dos autores da TMR coloca em evidência que as expectativas são construídas a partir de uma avaliação das possibilidades e dos limites oferecidos pelo ambiente. Assim fazendo, a TMR mostra a importância de um nível intermediário completamente ignorado pelos modelos que aceitam uma relação direta entre descontentamento e mobilização. Todavia, também a TMR permanece prisioneira do mesmo limite das teorias que critica no que diz respeito às responsabilidades implícitas na questão da identidade. Na verdade, conceitos como “recursos discricionais” ou “estruturas de oportunidades” não se referem às realidades “objetivas”, mas implicam na capacidade de os atores perceberem, avaliarem e decidirem sobre as possibilidades e os limites oferecidos pelo ambiente (Melucci, 2001, p. 68).

O processo de desenvolvimento dessas teorias, dos debates e do movimento conciliatório, tratado no artigo *As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate*, de Angela Alonso, coloca um resumo das principais teorias, restando-nos apresentar, em linhas gerais, o foco e as ênfases das outras duas teorias que, segundo a referida autora, nasceram dos debates sobre a revolução, ou melhor, da exaustão dos debates marxistas. Ambas se insurgiram contra as explicações deterministas e economicistas das ações coletivas. São elas: A Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

A Teoria do Processo Político enfatizou, diferentemente, o dinamismo, a interação estratégica, e a resposta ao ambiente político. Impulsionou a produção de pesquisas sobre as formas de reivindicação que as pessoas utilizam em situações reais da vida, o que seria conhecido como *repertório do confronto*. Mais recentemente, uma reação à vertente do estruturalismo desses estudos anteriores aproximou pesquisadores de perspectivas culturais e sociais-psicológicas, adicionando outro elemento ao estudo dos movimentos sociais, qual seja, o processo de criação de quadros interpretativos *framing* (Mcadam *et al.*, 2009, p. 15-16).

A TPP, por sua vez, privilegiou o ambiente macropolítico e incorporou a cultura na análise, por meio do conceito de repertório⁵, embora não tenha lhe dado lugar de grande destaque. Para Angela Alonso (2009), embora constituída nos Estados Unidos, como a TMR, a TPP engloba casos europeus em suas análises. Charles Tilly (2007) estudou em profundidade o movimento revolucionário na França e os movimentos por reformas na Inglaterra, nos séculos XVIII e XIX. Já Sidney Tarrow (1994) se deteve no

⁵ Charles Tilly apoiou-se numa perspectiva pragmática, definindo repertório como “um conjunto limitado de rotinas que são apreendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha”

movimento de redemocratização da Itália da segunda metade do século XX e Doug McAdam no movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos (1982).

Teóricos como Tilly, Tarrow e McAdam passam a sustentar que os movimentos sociais fazem parte de um amplo conjunto de políticas contenciosas ou de confronto, como vem sendo traduzido o termo *contentious*. Com as ferramentas de análise deste amplo conjunto que envolve o confronto, seria possível interpretar fenômenos que passam por movimentos sociais, sindicalismo e nacionalismo (Corrêa, 2010).

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais enfatizou de maneira muito marcante a característica das implicações culturais, sobretudo na construção de uma teoria fundamentada na identidade coletiva. Nesse aspecto, Melucci (2001) alicerçou as bases de uma nova teoria psicossocial da ação coletiva que contribui e explica a conversão de cidadãos comuns em ativistas por meio de um processo que engloba ao mesmo tempo emoção e racionalidade.

Nota-se que, de uma forma ou de outra, todas essas três teorias ocuparam os debates até o início dos anos 1980 e, após isso, houve intensas discussões e polêmicas em torno do problema identidade *versus* estratégia. De acordo com Alonso:

Em suma, as três teorias – agora clássicas – sobre movimentos sociais têm contornos bastantes peculiares. A TMR focalizou a dimensão microorganizacional e estratégica da ação coletiva e praticamente limou o simbolismo na explicação. Já a TPP privilegiou o ambiente macropolítico e incorporou a cultura na análise, por meio do conceito de repertório, embora não tenha lhe dado lugar de honra. A TNMS, inversamente, acentuou aspectos simbólicos e cognitivos – e mesmo emoções coletivas –, incluindo-os na própria definição de movimentos sociais. Em contrapartida, deu menor relevo ao ambiente político em que a mobilização transcorre e aos interesses e recursos materiais que ela envolve (Alonso, 2009, p. 69).

Observa-se, assim, a partir de todo esse percurso teórico, que os movimentos sociais não resultam apenas e diretamente do que entendemos como cálculos de interesses, ainda que esses cálculos se façam presentes em muitos movimentos. Portanto, é importante considerar que os ciclos de protestos envolvem tanto a ação estratégica, indispensável para o controle sobre recursos e valores que sustentam a ação coletiva, quanto a construção de vínculos de solidariedades e identidades coletivas.

Elementos Teóricos para Análise: estrutura de oportunidades políticas e repertório

O Conceito de Estrutura de Oportunidades Políticas

Sabe-se que, de acordo com o que preleciona Tarrow (1994, p.23) na “Teoria da Mobilização Política⁶, “[...] os movimentos são produzidos quando eles demonstram, por um lado, a existência de aliados e quando, por outro lado, eles revelam a vulnerabilidade de seus antagonistas”. Assim, os indivíduos fabricam as ações coletivas através de repertórios conhecidos, episódios de disputas e pela criação de desafios contenciosos em torno de todas as suas margens. É característica comum que, em suas bases, existam redes sociais e símbolos culturais através dos quais as relações sociais estão organizadas.

Na visão de Gohn (1999, p.6) “[...] existem quatro elementos básicos para explicar o surgimento e o desenvolvimento de um movimento social: oportunidades políticas, repertórios, redes e marcos referenciais”. Naquela teoria, as oportunidades políticas têm centralidade no processo. Mudanças nas oportunidades políticas criam novas ondas de movimentos sociais e são responsáveis por seus desdobramentos. Nesse sentido, nos importa compreender quais seriam essas oportunidades políticas que possibilitaram a eclosão dos ciclos de protestos em junho de 2013 no Brasil.

É preciso considerar que o conceito de oportunidades políticas enfatiza sempre os recursos externos ao grupo. Assim, de acordo com Tarrow:

Entendo oportunidades políticas como dimensões consistentes – mas não necessariamente formais, permanentes ou racionais – da luta política que encorajam as pessoas a se engajarem no confronto político. [...]. Como resultado, o termo “estrutura de oportunidades políticas” não deveria ser entendido como um modelo invariável que produz, inevitavelmente, movimentos sociais, mas como um conjunto de indícios de quando surgirá um confronto político, colocando em movimento uma cadeia causal que pode levar a uma interação sustentada com autoridades e, portanto, a movimentos sociais (Tarrow, 2009, p. 38-39).

Nesse sentido, para que um movimento ganhe força e seja impulsionado com maior precisão em busca da consecução de seus objetivos comuns, é necessário oportunidades políticas favoráveis ou acessíveis, enfatiza Tarrow, em *O Poder em Movimento*. De maneira complementar, afirma Alonso:

O conceito de Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP) dá o parâmetro político. Tarrow (1994, p. 20) argumenta que, quando há mudanças nas EOPs, isto é, nas dimensões formais e informais do ambiente político, se abrem ou se criam novos canais para expressão de reivindicações para grupos sociais de fora da *polity* (Alonso, 2009, p. 55).

⁶ A abordagem da mobilização política representa um avanço em relação a todas as outras teorias já produzidas pelo paradigma norte-americano de análise das ações coletivas em geral e dos movimentos sociais em particular. Uma vez que ela introduz a política e localiza as ações nas estruturas macrossociais.

Tarrow (2009, p.38) amplia e clarifica o conceito afirmando que “as pessoas se engajam em confrontos políticos quando mudam os padrões de oportunidades e restrições políticas e, então, empregando estrategicamente um repertório de ação coletiva, criam novas oportunidades que são usadas por outros, em ciclos mais amplos de confronto [...]”. Quando suas lutas giram em torno de grandes divisões na sociedade, quando reúnem pessoas em volta de símbolos culturais herdados e quando podem ampliar ou construir densas redes sociais e estruturas conectivas, então esses episódios de confronto resultam em interações sustentadas com opositores, especificamente, em movimentos sociais.

Assim, o conceito de Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP), de Tarrow, pode nos auxiliar no entendimento acerca de como os movimentos eclodidos em junho e julho de 2013 se propagam, como novas redes e articulações foram construídas pelos manifestantes, e de que maneira as oportunidades foram entendidas e formadas naqueles ciclos de protestos de 2013.

É importante destacar que o autor prefere utilizar a categoria estruturas mobilizatórias para explicar também as redes que dão origem e fundamento a um movimento. Nota-se, assim, que estes são conceitos essenciais para que seja possível um estudo das estruturas que nos levam à morfologia dos movimentos.

Pode-se considerar, num certo sentido, que um dos principais destaques da construção teórica de Tarrow é a análise sobre os resultados de um movimento, que estão relacionados ao processo do que o autor designa de mudança social.

Nesse aspecto, os ciclos de ondas de movimentos são os principais catalisadores capazes de possibilitar efetivas mudanças sociais e, como tal, são parte de lutas políticas pelo poder. Esta dimensão da análise fornece elementos para a compreensão dos movimentos como força social e como instrumentos de alcance de justiça social (Gohn, 1997, p. 57).

Tarrow também enfatiza a importância das redes sociais, que, segundo ele, representam os maiores recursos externos através dos quais as ações coletivas se constroem e se desenvolvem. Conforme podemos perceber, oportunidades políticas, repertórios e redes representam os instrumentos fundamentais para a construção do ciclo de protestos na história recente do Brasil.

O Conceito de Repertório

Primeiramente, é necessário considerar que a questão da interdependência dos processos associativos se desenvolve sob a expectativa de como a estrutura social e a mobilização podem ser transformadas em ação. Assim, um dos principais meios para

transformar tais condições em ação é empregar o que se conhece como repertórios, que nada mais são do que formas de ação socialmente compartilhadas. Nesse aspecto, há uma construção da apresentação de formas familiares de ação, sem as quais os movimentos não poderiam lograr transformar oportunidades externas em recursos de ação.

Tarrow (2009) é um dos nomes de grande destaque entre os estudiosos dos movimentos sociais. Sua análise acerca das ações coletivas parte do enfoque dos fatores externos ao movimento, que corresponde a aspectos da conjuntura e da estrutura dos mesmos. Em sua concepção teórica, além da análise das estruturas de oportunidades políticas, o autor recorre às percepções dos teóricos culturalistas para examinar os aspectos internos ao movimento, apreendidos segundo os conceitos de repertório, enquadramento interpretativo (*frames*) e identidade coletiva.

A partir das leituras de Sidney Tarrow e Charles Tilly observa-se que os movimentos sociais ocorrem através dos considerados ciclos de protestos. Neles, o repertório de ação é a maneira através da qual as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados (Tarrow, 2009).

Os movimentos, então, acontecem em ciclos onde temas, símbolos e inovações táticas de ações individuais e grupais influenciam uns aos outros. São essas estratégias capazes de disseminar os significados compartilhados que inspiram as pessoas a participar de uma ação coletiva (Tarrow, 2009).

A interação fortificada de um ciclo corrobora oportunidades e inspirações para inovações que são muito mais raras e mais perigosas fora deles, o que sugere uma organização e lógica de mobilização que não se fazem sem a elaboração de um repertório que visa salvaguardar interesses comuns.

Para conseguir seus objetivos, os atores sociais usam alguns repertórios, que são ações que estão inseridas em contextos históricos específicos. Assim, para Tarrow:

[...] as pessoas se engajam em confrontos políticos quando mudam os padrões de oportunidades e restrições políticas e então, empregando estrategicamente um repertório de ação coletiva, criam novas oportunidades que são criadas por outros, em ciclos mais amplos de confronto. Quando suas lutas giram em torno de grandes divisões da sociedade, quando reúnem pessoas em volta de símbolos culturais herdados e quando podem ampliar ou construir densas redes sociais e estruturas conectivas, então esses episódios de confronto resultam em interações sustentadas com opositores – especificamente, em movimentos sociais (Tarrow, 2009, p. 38).

Repertório, então, é uma categoria que Tarrow (2009) toma emprestada de Charles Tilly, que destaca a descrição das práticas da ação coletiva em defesa de

interesses considerados comuns. Trata-se, portanto, de um conceito que envolve o entendimento do que as pessoas fazem quando engajadas num conflito, o que elas sabem fazer e o que os outros esperam que elas façam.

Segundo Charles Tilly (2007), quando novos repertórios como greves, comícios, reuniões públicas e similares passaram a prevalecer e substituíram gradativamente os repertórios anteriores, tomaram caráter cosmopolita, modular e autônomo:

Eram cosmopolitas ao referir-se com frequência a interesses e questões que diziam respeito a muitas localidades ou afetavam centros de poder cujas ações afetavam muitas outras. Eram modulares por ser facilmente transferíveis de um local ou circunstância para outros [...] eram autônomas por começarem por iniciativas dos próprios reclamantes e estabelecer contato direto entre estes e os centros de poder nacionalmente significativos (Tilly; Tarrow, 2007, p.46).

É preciso considerar que nos últimos anos os repertórios dos movimentos sociais incluem, além das ações tradicionais, o uso das mídias eletrônicas e, em especial, a internet. O interessante neste presente artigo é buscar compreender como essas estratégias, por exemplo, no caso dos ciclos de protestos no Brasil em junho de 2013 favoreceram a eclosão desse movimento.

Com efeito, o repertório se constitui de variáveis que influenciam na sua transformação em movimentos sociais e ciclos de protestos. Greves, reuniões e passeatas são alguns tipos de repertório de confronto. Mas, no geral, Tarrow (2009) explica que o repertório de confronto oferece três tipos básicos de ação coletiva, cada uma com vantagens e desvantagens: violência, ruptura e convenção.

A categoria repertório, juntamente com a categoria de enquadramento interpretativo, indica os elementos analíticos a serem considerados na dinâmica interna do movimento, ou seja, suas ações, práticas, estratégias, mecanismos de coesão, etc.

Vale ressaltar, para fins analíticos do presente artigo, que os ciclos de protestos ocorridos no Brasil em 2013 foram um evento ímpar na história do país, o que nos leva a compreender, em linhas gerais, quais e como as oportunidades conjunturais daquele período favoreceram a eclosão do movimento. Com efeito, com o aporte teórico de Sidney Tarrow (2009) buscaremos verificar as condições que serviram de oportunidades para o ocorrido.

Assim, aspectos acerca das oportunidades políticas e repertório serão detalhados no tópico seguinte, que trata sobre os aspectos gerais acerca dos ciclos de protestos ocorridos em junho de 2013 no Brasil.

As Vozes das Ruas e os Ciclos de Protestos nas Cidades do Brasil em 2013: um despertar crítico

Retomaremos aqui a principal pergunta que abre a parte II, capítulo 5, intitulado *oportunidades e restrições políticas*, da obra *O Poder em Movimento*, de Sidney Tarrow (2009), uma vez que essa questão faz todo o sentido quando se busca analisar os aspectos gerais dos considerados ciclos de protestos ocorridos em meados de junho de 2013 no Brasil. Segue a referida inquirição: O que faz as pessoas comuns irem às ruas, arriscarem suas vidas e ficarem gravemente feridas para clamar por seus direitos?

Ao buscar uma interpretação que explique a origem e expansão dos ciclos de protestos pelas principais capitais do Brasil, é importante destacar que estes tiveram como estopim o aumento dos preços das passagens de ônibus. Após algumas semanas de protesto, os governos de São Paulo e de outras capitais brasileiras, em circunstâncias diferentes, voltaram atrás na decisão de aumentar os preços das passagens.

Nesse contexto, os acontecimentos de junho de 2013 assumiram conotações de “manifestações” pela mídia e tiveram características plurais, conforme assevera Gohn:

Os movimentos foram denominados pela mídia e outros como “manifestações”. De fato, eles foram, na maioria das vezes, manifestações que expressam estados de indignação face à conjuntura política nacional. As mobilizações adquiriram, nesses eventos, um caráter de movimento de massa, de protesto, de revolta coletiva, aglutinando a indignação de diferentes classes e camadas sociais, predominando a classe média propriamente dita, e diferentes faixas etárias, destacando-se os jovens. Sabe-se que elas foram desencadeadas em São Paulo por coletivos organizados, com o predomínio do Movimento Passe Livre (MPL), a partir de uma demanda pontual – contra o aumento da tarifa dos transportes coletivos. Quando o ‘povo’ viu, na TV e jornais, jovens sendo espancados por lutarem por bandeiras que eram também suas, como a mobilidade urbana, ele também saiu às ruas. O crescimento das manifestações levou à ampliação das demandas com um foco central: a má qualidade dos serviços públicos, especialmente transportes, saúde, educação e segurança pública (Gohn, 2014, p.431).

Ressalta-se que, ao buscarmos realizar essas interpretações sobre as “manifestações” de 2013, não as descolamos das reflexões sobre os processos e as morfologias que caracterizam os ciclos de protestos que ocorreram no Brasil e é sobre esse prisma que se empreenderá uma breve reflexão, principalmente em razão de compartilhar o entendimento de Gohn sobre tais acontecimentos em que, em sua visão, “[...] os próprios manifestantes de junho de 2013, no Brasil, autodenominam suas ações como atos. Analistas têm se referido a eles como jornadas. Eu considero que, em junho, houve algo mais que jornadas ou atos. Houve protestos” (Gohn 2014, p. 434-435).

Então, no sentido de buscarmos compreender o processo de formação desses ciclos de protestos, considera-se, desde já, a importância das estruturas de

oportunidades políticas. A esse respeito assevera Santos (2022, p. 912) ao afirmar que “Da inflexão do *on* e do *off-line* na mobilização social, desprendem-se elementos de uma performance entre plataformização, participação social e interação entre dispositivos e sujeitos.” Assim, uma referência obrigatória é justamente o poder de comunicação das redes sociais, pois estas representam uma característica fundamental para a expansão de ideias, por diferentes espaços sociais e geográficos e, ao mesmo tempo, representam uma mola propulsora de fomentação de processos associativos, como sugere Castells em sua obra *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet* (2013, p.10) ao afirmar que: “os movimentos espalharam-se por contágio num mundo ligado pela internet sem fio e caracterizado pela difusão rápida, viral, de imagens e ideias”. Nesse sentido, complementa Gohn:

As manifestações fazem parte de uma nova forma de movimento social, que se caracteriza por participação de uma maioria de jovens escolarizados, predominância de camadas médias, conexão por e em redes digitais, organização horizontal e de forma autônoma, e crítica às formas tradicionais da política da atualidade – especialmente os partidos e os sindicatos. As convocações para os atos foram feitas através das redes sociais, e a grande mídia contribuiu para a adesão da população ao noticiar a agenda, os locais e a hora das manifestações. Há uma estética particular nas manifestações: em cima da demanda-foco, sem carros de som o batuque ou as palmas são utilizados no percurso das marchas (Gohn, 2014, p. 431-432).

Entre outros efeitos, tal capacidade de trânsito de informações confere, certamente, uma capacidade de articulação estratégica essencial para que as resistências sociais tivessem o resultado positivo, ainda mais porque conseguem quebrar as barreiras e limites espaciais e geográficos. Assim, é possível visualizar nos ciclos de protestos de junho de 2013 no Brasil que houve uma significativa importância do uso das redes sociais não só no momento de formação dos ciclos de protestos, mas em todo seu desenvolvimento, destacando-se aí o apoio das redes sociais como *facebook* e *twitter*.

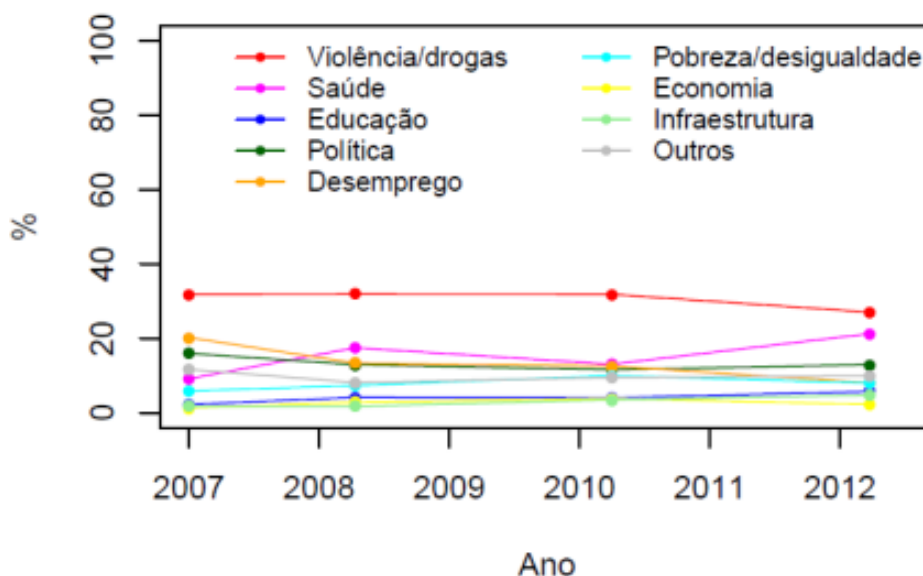
Especificamente sobre os ciclos de protestos cuja origem remonta meados de junho e julho de 2013 no país, existem algumas considerações importantes a serem feitas sobre seu processo de formação, além das que já foram apontadas até aqui. De acordo com Roberto Schwarz no prefácio da obra *Cidades Rebeldes: passe livre e os ciclos de protestos que tomaram as ruas do Brasil* (2013), há um indício forte de insatisfação geral com os problemas sociais que, ao que tudo indica, não foram resolvidos a contento. Assim, infere Schwarz:

Em duas semanas o Brasil que diziam que havia dado certo — que derrubou a inflação, incluiu os excluídos, está acabando com a pobreza extrema e é um

exemplo internacional — foi substituído por outro país, em que o transporte popular, a educação e a saúde públicas são um desastre e cuja classe política é uma vergonha, sem falar na corrupção. Qual das duas versões estará certa? É claro que todos esses defeitos já existiam antes, mas eles não pareciam o principal; e é claro que aqueles méritos do Brasil novo continuam a existir, mas parece que já não dão a tônica. O espírito crítico, que esteve fora de moda, para não dizer excluído da pauta, teve agora a oportunidade de renascer. A energia dos protestos recentes, de cuja dimensão popular ainda sabemos pouco, suspendeu o véu e reequilibrou o jogo. Talvez ela devolva à nossa cultura o senso da realidade e o nervo crítico. Sem falar no humor, que nos seus momentos altos ela sempre teve (Schwarz, 2013, p.15).

Existem fortes indícios de que tudo se iniciou com intensas e inúmeras insatisfações sociais, conforme aponta o gráfico abaixo extraído da pesquisa de opinião chamada de Barômetro das Américas⁷.

Gráfico 1. Qual é o Problema Mais Grave que o Brasil Está Enfrentando?



Fonte: Barômetro das Américas, 2013.

Fazendo uma observação sobre o Gráfico 1, a respeito dos problemas que os brasileiros consideravam mais graves, é possível notar que os problemas como educação, economia, pobreza/desigualdade e infraestrutura são considerados os menos graves ao passo que a violência, a política, o desemprego e a saúde são considerados os mais graves para a população. Nesse sentido, cumpre destacar as contribuições de Gilberto Calil:

⁷ A Pesquisa de Opinião Barômetro das Américas (2013) é conduzida pelo Projeto de Opinião Pública da América Latina. Segundo Aquino (2013) tal projeto funciona com o levantamento de amostras representativas da população brasileira. Tais levantamentos de dados têm sido coordenados pelo Prof. Lúcio Rennó, da UnB.

O governo de Dilma Rousseff transcorre em contexto mais desfavorável, o que se deve a diversos fatores: a progressiva internalização dos efeitos da crise econômica capitalista mundial; a completa falta de carisma da presidenta e seu perfil tecnocrático; a maior repercussão das críticas provenientes da esquerda às suas políticas privatistas (em especial através dos leilões dos campos de petróleo do pré-sal e das concessões de aeroportos públicos); e o impacto dos escândalos de corrupção nas obras vinculadas à realização da Copa do Mundo em 2014 (Calil, 2013, p. 380).

Assim, as demandas da contestação, que no início eram restritas ao tema transporte, ampliaram-se, albergando direitos de moradia, educação e outras reivindicações sociais de caráter cada vez mais plural, fundamentadas no descrédito comum nas instituições políticas do país. Note-se, conforme afirma Calil (2013, p. 389-390) que, o caráter espontâneo de grande parte das manifestações, sua composição pluriclassista e a amplitude e diversidade das reivindicações eram evidentes.

Do ponto de vista prático, é preciso evocar mais uma vez a importância das estruturas de oportunidades políticas e, nesse aspecto, existem fortes indícios de que os processos de formação dos ciclos de protestos se iniciaram realmente com o Movimento do Passe Livre (MPL) em São Paulo e que este acabou repercutindo em outras capitais. Todavia, registra-se amplamente o quadro de insatisfação política, a luta contra a homofobia, o feminismo e protestos contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37⁸, além do aumento das passagens, algumas das bandeiras levantadas durante os ciclos de protestos de junho de 2013 no Brasil.

Figura 1. Movimento do Passe Livre em São Paulo - SP



Fonte: Agência Brasil (EBC), 2013.

As imagens ajudam a visualizar algumas dessas insatisfações sociais. Compreendemos que é impossível dissociar as principais razões, objetivas e subjetivas, desses protestos no que diz respeito diretamente à condição precária das cidades, do aumento das tarifas de ônibus e do caos da mobilidade urbana, das péssimas condições

⁸ A PEC 37 foi um projeto legislativo brasileiro que se aprovado, limitaria o poder de investigação criminal a policias federais e civis, retirando-o de, entre outras organizações, o Ministério Público.

de vida, do quadro alarmante de desigualdades sociais diante da ostentação dos investimentos da Copa do Mundo e da atuação da Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA), dos processos de exclusão, invisibilidade social e da expansão da violência e dos altos índices de criminalidade presentes na realidade brasileira atual.

Figura 2. Exemplos de Expressões Usadas pelos Manifestantes nas Ruas da Cidade do Rio de Janeiro no ano de 2013



Fonte: Elaboração própria⁹

Figura 3. Expressão Usada pelos Manifestantes Relacionada ao Aumento da Tarifa de Ônibus nas Ruas da Cidade do Rio de Janeiro no Ano de 2013



Fonte: Elaboração própria.

⁹ Fotografias realizadas pelos autores nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, durante as manifestações de junho de 2013.

Figura 4. Expressões de Reivindicações de Diversas Mobilizações nas Ruas da Cidade do Rio de Janeiro no Ano de 2013



Fonte: Elaboração própria.

Figura 5. Expressões do Movimento "Vem Pra Rua" Nas Ruas da Cidade do Rio de Janeiro no ano de 2013



Fonte: Elaboração própria.

É importante destacar que uma das características principais sobre os acontecimentos de junho de 2013 no Brasil é justamente uma espécie de efeito dominó que os protestos tiveram. Em outras palavras, os protestos aparentemente localizados se difundiram a outros espaços, isto é, inúmeras cidades, adquirindo a condição de um fenômeno em cadeia. Nesses termos, a identificação de experiências concretas e comuns, em contextos urbanos os mais diferentes possíveis, contribuiu para a legitimação de um corpo coletivo de contestação.

Vale ressaltar, conforme preleciona Tarrow (2009) que um dos motivos básicos para as pessoas se unirem para participar de movimentos é a organização de reivindicações comuns aos opositores, autoridades ou elites. Assim, no caso dos protestos no Brasil em junho de 2013, a reivindicação de tais temas pode efetivamente ter caracterizado propósitos comuns compartilhados pelos milhares que erguiam bandeiras, cantarolavam hinos e gritavam frases que caracterizaram uma das maiores mobilizações políticas do país, cujo objetivo comum era reagir ao quadro caótico de crise

social. Observou-se uma dinâmica mobilizadora intensa e, de fato, cada evento foi capaz de promover ações subsequentes, criando um verdadeiro ciclo.

Segundo esse raciocínio, para Tarrow

“[...] as ações coletivas podem ser compreendidas de acordo com a mobilização dos consensos e identidades, repertórios de confrontos e estruturas de oportunidades políticas. Esta definição e característica da ação coletiva tem quatro propriedades empíricas: protesto coletivo, objetivo comum, solidariedade social e interação sustentada” (Tarrow, 2009, p. 21)

É importante destacar que, nesta conjuntura atual, novos sujeitos sociopolíticos e culturais entraram em cena, várias lutas sociais emergiram, novos e múltiplos conflitos eclodiram. Em síntese, as lutas e as demandas se multiplicaram em resposta ao intenso âmbito de problemas sociais instaurados em tempos críticos.

Nesse sentido, é possível inferir que a maioria dos grupos envolvidos, ligados às inúmeras pautas de reivindicações, foram, por certo, mobilizados em torno de um objetivo e alvo comuns, isto é, a contestação efetiva acerca dos problemas sociais do país, havendo, assim, uma articulação do significado da luta em torno de uma identidade comum, caracterizada pelo ideal da imagem política do manifestante, consciente de seus direitos.

Diante de nossa impossibilidade de expor um estudo mais consistente sobre os sujeitos envolvidos, nos limitaremos a discorrer sobre o contexto efervescente dos ciclos de protestos, como temos feito até aqui. No que diz respeito, ainda, às estruturas de oportunidades políticas, além da eclosão das mobilizações a partir do MPL, tem-se também a importância das mobilizações para a Copa do Mundo. Esse evento de grande visibilidade não poderia ser mais oportuno para a explosão de protestos e repertórios expressos nas bandeiras de todas as cores, faixas com todos os tipos de reivindicações, apitos e gritos em grande coro e até flores ofertadas à força policial que deram alma aos protestos promovidos pelos manifestantes.

As ruas, enquanto lugar de intensa movimentação, funcionaram como um verdadeiro palco no qual os protestos se desenvolveram, reunindo repertórios coletivos de um conjunto de amplas experiências, algumas delas referentes a práticas correntes de movimentos sociais: os rostos ora pintados, ora cobertos com camisetas, as palavras de ordem proferidas, as passeatas e outras ações (Direitos Humanos, 2013).

Segundo Tarrow (2009, p. 51) “a palavra repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha [...]”. O resultado seria possibilitar que

grupos espalhados de pessoas que não se conheçam possam agir conjuntamente, aumentando sua capacidade de ação e a viabilidade de existência de movimentos nacionais.

Vale ressaltar que é justamente a dimensão expressiva dos protestos e seus repertórios (re)significados no cômputo das ações que importa para interpretar as mobilizações. Nesse âmbito, é também relevante dialogar com as ideias de Tilly (2007) a respeito das possibilidades de entendimento das ações coletivas de protesto. O referido autor opera com o conceito de repertório entendendo-o como um registro de padrões, tipologias, interesses e rotinas estruturadas nos comportamentos dos sujeitos, sempre muito criativos e ousados, com o objetivo de construir símbolos e reforçar uma identidade comum.

Nesse aspecto, as mídias, em geral, se encarregaram de divulgar as imagens de manifestantes, o uso dos carros de som seguido por multidões, ou apenas o barulho das suas mãos coletivas em batidas sincronizadas de palmas, que representavam atos coordenados de comandos, bem como a apresentação de grandes faixas com formatos, cores e frases diversificadas, entre outros recursos, repertórios de ações que demonstraram que, além de sujeitos plurais e ideias variadas, também havia uma estrutura de mobilização que garantiu o fornecimento de determinados recursos essenciais para o sucesso dos protestos.

Ressalta-se, também, que a forte presença das redes de comunicação e a capacidade de mobilizar manifestantes, em curto espaço de tempo, indicou a singular importância do uso das estratégias de ações vinculadas nas redes sociais, encaradas como verdadeiros instrumentos de combate.

Como verificamos há pouco, além da ampliação dos sujeitos manifestantes e das suas inúmeras razões para ir às ruas, também ocorreram alterações nas formas de atuação, como vimos acima, agora em redes.

Na prática, as redes caracterizam-se por possibilitar articulações com heterogeneidade de muitos sujeitos com potencial associativo, em torno de referências coletivas e de mobilizações e protestos sociais. É importante ressaltar que, depois de uma década dos protestos de junho de 2013, os usos das redes sociais, aplicativos de mensagens instantâneas, disparos de mensagens em massa, proliferação de *fakes news* associadas a pautas conservadoras instigadas no último governo de direita no Brasil, derrotado na eleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2022, reformaram os modelos contestatórios das massas e assumiram outras configurações dentro e fora das redes e, igualmente, nas ruas e fora delas, ensejando, portanto, um olhar atento e circuitos de análises diversos.

Em síntese, é ainda muito difícil uma avaliação, em termos gerais, do legado dos acontecimentos de junho de 2013 e seu impacto a médio e longo prazo. Dez anos depois, processos inteiramente diversos que culminaram, por exemplo, no 8 de janeiro de 2023, se revestiram de uma conotação intensamente despolitizada e de caráter golpista.

Por fim, acreditamos que um diálogo com a teoria dos movimentos sociais deveria buscar o entendimento das ações em sua expressividade, para além da relação causa e efeito. No presente artigo tentamos entendê-las como práticas e linguagens dotadas de sentidos múltiplos e, portanto, polissêmicos, que não podem se resumir a generalidades e interpretações apressadas. Assim, a leitura acerca dos protestos deveria permitir observar que os mesmos podem ser compreendidos como construções simbólicas com significados múltiplos que ainda se propagam em ritmos diversos e em espaços variados, inclusive com retrocessos que demandam, do ponto de vista da articulação e organização, maior politização e consciência política.

Considerações Finais

Neste trabalho, buscamos analisar as manifestações de junho de 2013 no Brasil à luz das concepções teóricas sobre os movimentos sociais, passando por uma discussão a respeito de alguns conceitos e categorias de análise que permitiram aproximações e interpretações sobre os contextos plurais de clamores sociais então percebidos, em nosso entendimento, como ciclos de protestos que representaram lutas sociais importantes e que desencadearam, na última década, ressignificações sobre contestações sociais no país.

Interessante observar que, nestes últimos dez anos na história política e de confrontos sociais no Brasil, o padrão dos protestos se modificou a partir da relevância assumida pelas redes sociais e pela sua utilização no desenvolvimento do fluxo de informações, bem como no processo de organização e alinhamento de diversas forças, capazes de englobar diferentes grupos em causas plurais que alinham vozes descontentes nas ruas.

Partindo do princípio de que as práticas dos protestos e suas ações constituem-se numa verdadeira gramática dotada de sentidos e repertórios múltiplos, como vimos, essa constatação instiga uma compreensão de que estes ciclos são portadores de uma linguagem política implicada, sobremaneira, no sentimento de insatisfação e apelo à mudança. É preciso reconhecer aqui a dificuldade de uma tradução teórica para o entendimento de algo tão recente em nosso contexto brasileiro, que, inclusive, aponta

para novas transformações, cujos efeitos e desdobramentos ainda não conhecemos em todas as suas dimensões, a exemplo dos fatos ocorridos em 8 de janeiro de 2023.

Por fim, nos deparamos com estruturas de mobilizações novas e polissêmicas que tiveram um marco histórico importante nos acontecimentos de junho de 2013 e que sugerem novas análises, olhares e reflexões complexas, suscitando um desafio singular para os estudiosos do assunto, ou, como afirma Gohn (2014, p.439), “[...] uma incógnita, um enigma a decifrar, pois é impossível manter mobilizações de massa por muito tempo. As raízes da revolta e dos protestos continuam prestes a explodir a qualquer momento”.

Referências

ALONSO, Angela. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. Revista Lua Nova, São Paulo, v.1, n.76, p. 49-86, jul. 2009.

ABERLE, David Friend. *The peyote religion among the navaho*. 2. ed. University of Oklahoma Press. 1966

BLUMER, Herbert. *Group tension and interest organization*. Proceedings of the second annual meeting. 1949.

CALIL, Gilberto Grassi Calil. *Embates e disputas em torno das jornadas de junho*. Revista Projeto História, v. 47, 2014. [ONLINE]. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/17155>>. Acesso em: 11 nov. 2023.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro. Zahar, 2013.

CORREIA, Felipe. *Movimentos sociais, burocratização e poder popular: da teoria à prática*. Passa Palavra [ONLINE]. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2010/11/32138/>>. Acesso em: 01 jul. 2023.

DIREITOS HUMANOS, *Comissões: manifestações no Brasil e o direito a cidade*. Agência Senado, Brasília, 11 jul. 2013. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2013/07/11/manifestacoes-revelam-luta-por-2018direito-a-cidade2019-dizem-jovens>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

FROMM, Erich. *Escape from freedom*. New York: Rinehart and Co., 1941. 1, p. 74ss. Edição brasileira: *O medo à liberdade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.].

GOFFMAN, Erving. *The presentation of self in everyday life*. Garden City. New York: Doubleday Anchor, 1959.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Glória. *A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais*. Rev. Cad. Metrop., São Paulo, v. 27, n. 71, p. 431-441, ago. 2014.

GUSFIELD, Joseph. *Social structure and moral reform: a study of the womans christian temperance union*. n. 6. p. 221-232. American Journal of Sociology, 1955.

HEBERLE, Rudolf. *Social movements: an introducion to political sociology*. New York: Appleton-Century-Crofts Inc, 1951.

HOFFER, Eric. *The true believer: thoughts on the nature of mass movements*. Nova York: Harper and Row. 1951.

JENKINS, Craig. *Resource mobilization theory and the study of social movements*. Annual Review of Sociology, 9, 527-553, 1983.

KORNHAUSER, William. *The politics of mass society*. New York: Free Press. 1959.

LIPSET, Seymour Martin. *Agrarian socialism*. Berkeley: Un. California Press, 1950.

MCCARTHY, John; ZALD, Mayer. *Comparative perspectives on social movements*. p. 141-151. Cambridge: Cambridge Un. Press, 1977.

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. *Para mapear o confronto político*. Revista Lua Nova, São Paulo, v.1, n.76, p. 11-48, jul. 2009.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELUCCI, Alberto. *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. México: El Colegio de México; Centro de Estudios Sociológicos; 1999.

SANTOS, Gustavo Sousa. *O sujeito, as coisas e a rede nas jornadas de junho*. Rev. Cad. Metrop., São Paulo, v. 24, n. 55, pp. 911-935, set./dez. de 2022.

SELZINCK, Philip. *The organizational weapons*. New York: McGraw-Hill, 1952.

SCHWARZ, Roberto, David; MARICATO, Ermínia; BRITO, Felipe et. al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

SMELSER, Neil. *Teoria del comportamiento colectivo*. México: FCE, 1962.

TARROW, *Power in movement: social movements, collective action and politics*. Nova lorque, Cambridge University Press, 1994.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. *Contentions politics*. London, Paradigm Publishers, 2007.

TURNER, Ralph.; KILLIAN, Lewis. *Collective behavior*. New York: Prentice-Hall, 1957.